



Perfil Socioeconômico do Município de Maravilha/SC

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local

Rodeio Bonito/RS

Dezembro de 2019

C837 Costa, Nilson Luiz et al.
Perfil Socioeconômico do Município de Maravilha/SC: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local / Nilson Luiz Costa, Claudio Eduardo Ramos Camfield, Gabriel Nunes de Oliveira, Enio Giotto, Júlia Laize Bandeira Calgaro, Saionara da Silva. - Palmeira das Missões/RS, 2019.
37 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2019.B

1. Aceleração Regional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I.Costa, Nilson Luiz. II.Camfield, Claudio Eduardo Ramos. III.Oliveira, Gabriel Nunes de. IV.Giotto,Enio. V.Calgaro,Júlia Laize Bandeira. VI.Silva,Saionara da.

CDU 338.1



Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eugenio Poltronieri (Presidente)
Angelita Marisa Cadoná (Vice-Presidente)
Giovana Giacomolli
Gustavo Pereira Fortes
Jocler Moresco
Leocácio Gallo Paloschi
Sérgio Luiz Triches
Valéria M. Zanatta Senger
Walmor Liberalesso
Willian Jeferson Bez

CONSELHO FISCAL

Carlos Alberto Pinheiro
Ernilo Arteli Grellmann
Sergio Roberto Basso
Ronaldo Lima dos Santos
Tiago Gadonski
Valdomiro Tomazoni

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Girardi (Diretor Executivo)
Jaques Samuel dos Santos (Diretor de Operações)
Andre Zanon (Diretor de Negócios)

GERÊNCIAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Irajá Turchetto (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Fernando Buriol (Gerente de Relacionamento)
Ronaldo Fagundes (Gerente de Ciclo de Crédito)



Universidade Federal de Santa Maria

REITORIA

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Campus de Palmeira das Missões

Rafael Lazzari (Diretor)
Adriano Lago (Vice-Diretor)

Campus de Frederico Westphalen

Arci Dirceu Wastowski (Diretor)
Igor Senger (Vice-Diretor)

Centro de Ciências Rurais (CCR)

Sandro Luis Petter Medeiros (Diretor)
Toshio Nishijima (Vice-Diretor)

**Programa de Pós-Graduação em
Agronegócios (PPGAGR)**

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
João Pedro Velho (Coordenador Substituto)

**FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA
E CIÊNCIA - FATEC**

Thomé Lovato (Presidente)
Manoel Renato Teles Badke (Diretor
Financeiro)
Jeferson de Souza Flores (Diretor
Administrativo)

EXECUÇÃO DA PESQUISA

**Núcleo de Pesquisas em Economia do
Agronegócio (NPEA-UFSM)**

Nilson Luiz Costa (Pesquisador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)
Júlia Laize B. Calgaro (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.03.0068
Convênio UFSM/FATEC

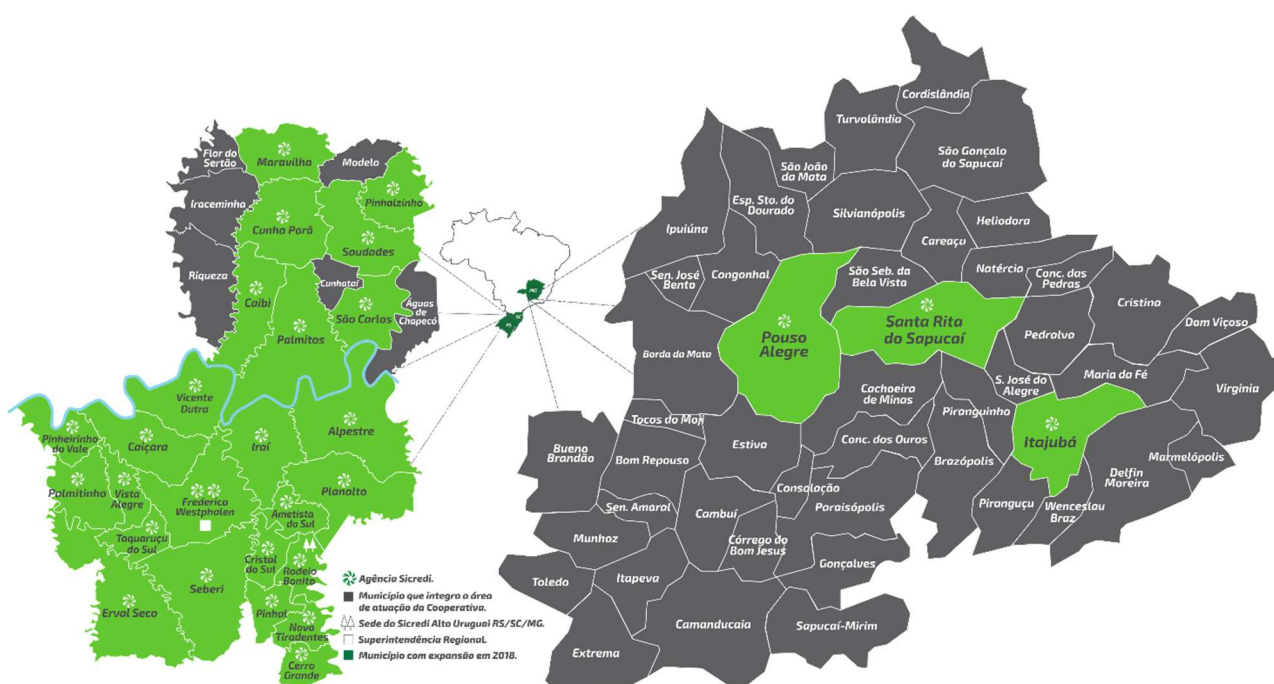
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA	7
2.1. Caracterização demográfica	7
2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Maravilha.....	8
2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial	9
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho	12
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária	15
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento	23
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação.....	23
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil	25
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas.....	26
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal	27
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento.....	29
3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	32
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo local e regional, a Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG em parceria com Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina.

Figura 1. Área de abrangência da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG



Fonte: Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.

Esta iniciativa foi construída em cooperação entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores da economia e sociedade e não representa posições próprias das instituições envolvidas e nem políticos partidários. Destaca-se, nesta iniciativa, os conhecimentos compartilhados, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor de todos os envolvidos.

Para conhecer a realidade e os níveis de desenvolvimento dos diversos municípios, foram utilizados dados primários e secundários. O levantamento de informações primárias foi

realizado através de entrevistas e reuniões com as pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios.

As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

As variáveis quantitativas foram analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e as variáveis qualitativas a partir da técnica qualitativa de análise de conteúdo.

Este capítulo, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Maravilha/SC** e está dividido em quatro seções. A primeira se constitui desta introdução. Na segunda apresenta-se a análise do perfil socioeconômico e ambiental do município em questão. Na terceira seção, estão as principais contribuições das entidades e pessoas desta pesquisa. Na quarta seção são apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla um detalhamento das informações municipais analisadas no relatório "Empreender, Inovar e Transformar: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Regional", no qual é apresentado uma reflexão sobre os níveis de desenvolvimento regional na área de atuação da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e está disponível no site desta organização (<http://www.sicredialtouruguai.coop.br/site/acceleracao-regional.html>).

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Maravilha/SC (2019), o município está situado na região Oeste do estado de Santa Catarina, distante 626 Km da capital do estado, Florianópolis, e a 71 Km de Chapecó/SC. Possui limites com os municípios de São Miguel da Boa Vista, Tigrinhos e Bom Jesus do Oeste ao norte, Cunha Porã e Iraceminha ao Sul, Modelo ao Leste e Flor do Sertão a Oeste.

Segundo a Lei Estadual nº 348 de 21 de junho de 1958, Maravilha tornou-se município, com a instalação oficial, em 27 de julho de 1958, possuindo 171 Km quadrados.

Maravilha, ou capital da criança, como também é conhecida desde 1970, pelo grande número de crianças desfilando nas ocasiões festivas, possui clima mesotérmico úmido e está a uma altitude média de 625 metros acima do nível do mar. Está localizado geograficamente a latitude de 26°46'12" ao Sul do Trópico de Capricórnio, e longitude de 53°13'00" ao Oeste do Meridiano de Greenwich.

2.1. Caracterização demográfica

Três núcleos foram responsáveis pela colonização do município de Maravilha, o primeiro foi composto por trabalhadores e empreiteiros da Companhia Territorial Sul Brasil, os quais estavam no local para abrir estradas, fazer a medição e venda das terras. O segundo grupo, composto de duas serrarias, enquanto o terceiro, foi formado por colonizadores gaúchos que se firmaram no núcleo central da cidade (Prefeitura Municipal de Maravilha/SC, 2019).

Neste ano de 2019, o IBGE (2019) estima uma população de 25.762 habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 22.101 habitantes.

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010.

	Masculino		Feminino		Total	
Urbano	8.803	81%	9.284	83%	18.087	82%
Rural	2.104	19%	1.910	17%	4.014	18%
Total	10.907	100%	11.194	100%	22.101	100%

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme é possível observar, cerca de 82% da população de Maravilha vive na zona urbana, fato que implica na predominância de atividades não rurais no município, como comércio, serviços e indústria.

Do contingente populacional total (rural e urbano), cerca de 21% tem até 14 anos, 27% de 15 a 29 anos, 40% de 30 a 59 anos e 12% 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	2.348	21,53	2.256	20,15	4.604	21
15-29 anos	2.946	27,01	2.915	26,04	5.861	27
30-59 anos	4.416	40,49	4.503	40,23	8.919	40
60 ou mais	1.197	10,97	1.520	13,58	2.717	12
Totais	10.907	100,00	11.194	100,00	22.101	100

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme a Tabela 2, observa-se que mais de 60% da população, tanto feminina como masculina, enquadram-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Maravilha

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

¹ De acordo com PESSOA (2017), "O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia".

² De acordo com PESSOA (2017), o ou Valor Agregado Bruto ou "Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região".

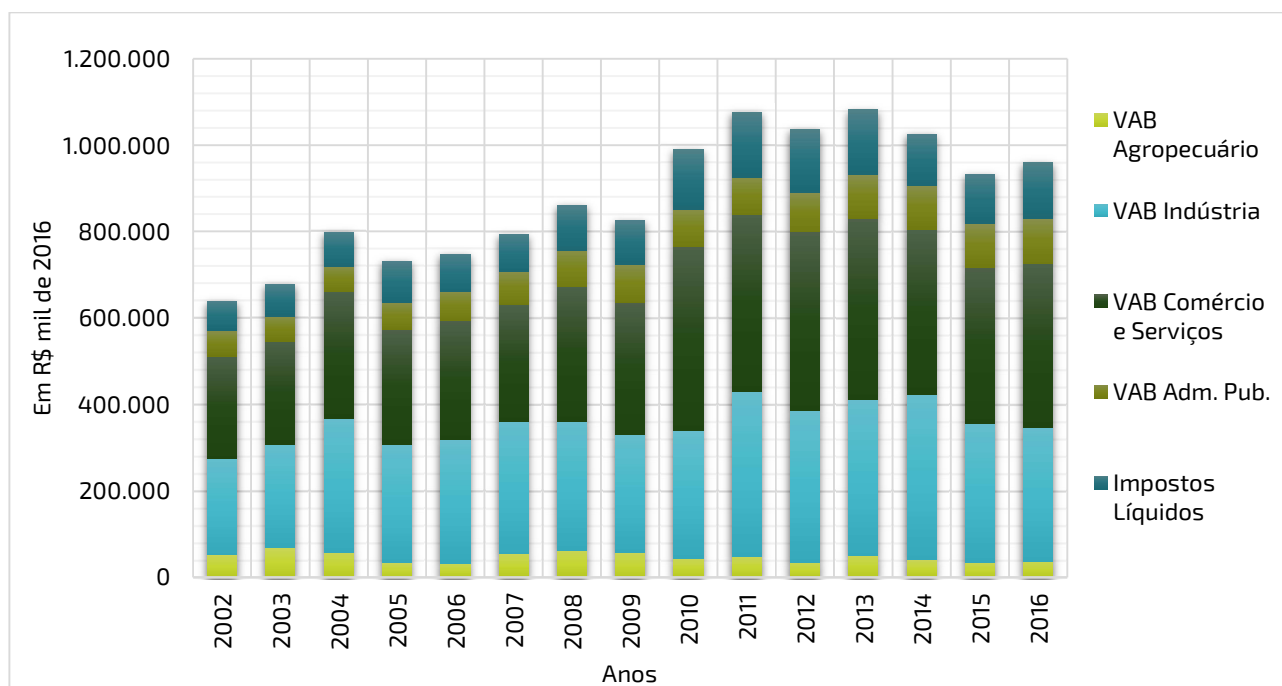
³ Segundo Mankiw (2015), "o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média".

2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial

Entre 2002 e 2013, o PIB Real do município apresentou tendência de crescimento e evoluiu de R\$ 638,7 milhões para R\$ 1,076 bilhões. A partir de então, recuou e encerrou 2016 na casa dos R\$ 959,6 milhões.

Em 2016, entre os principais setores de atividade econômica, destacam-se o de comércio e serviços (VAB equivalente a R\$ 377,5 milhões), o industrial (VAB equivalente a R\$ 310,0 milhões) e a administração pública (VAB equivalente a R\$ 104,7 milhões), conforme é possível observar na Figura 2.

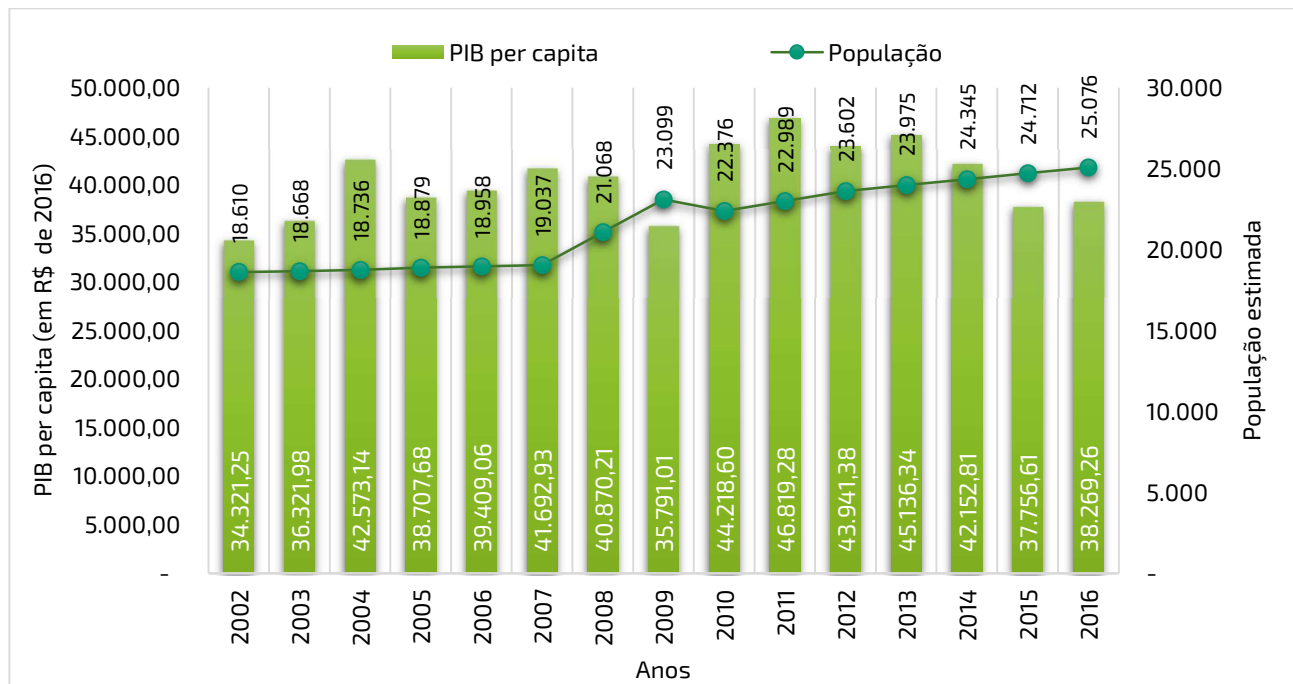
Figura 2. Evolução do Valor Agregado Bruto Real (em R\$ Mil 2016) no município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

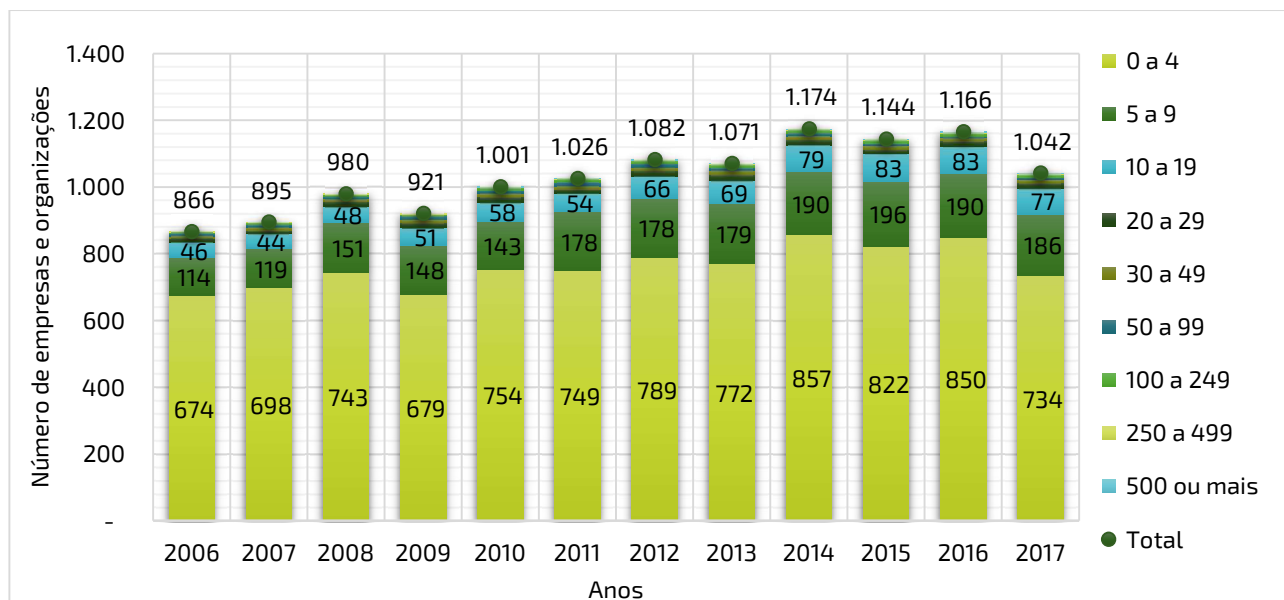
Do início do período analisado (2002 até 2011), o PIB real *per capita* evoluiu de R\$ 34.321,25 para R\$ 38.269,26. O PIB real *per capita* de Maravilha é maior do que o da região (R\$ 34,73 mil) e do estado de Santa Catarina (R\$ 37,14 mil), conforme é possível observar na Figura 3.

Figura 3. Produto Interno Bruto per capita (em R\$ de 2016) e população estimada do município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 4. Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2017



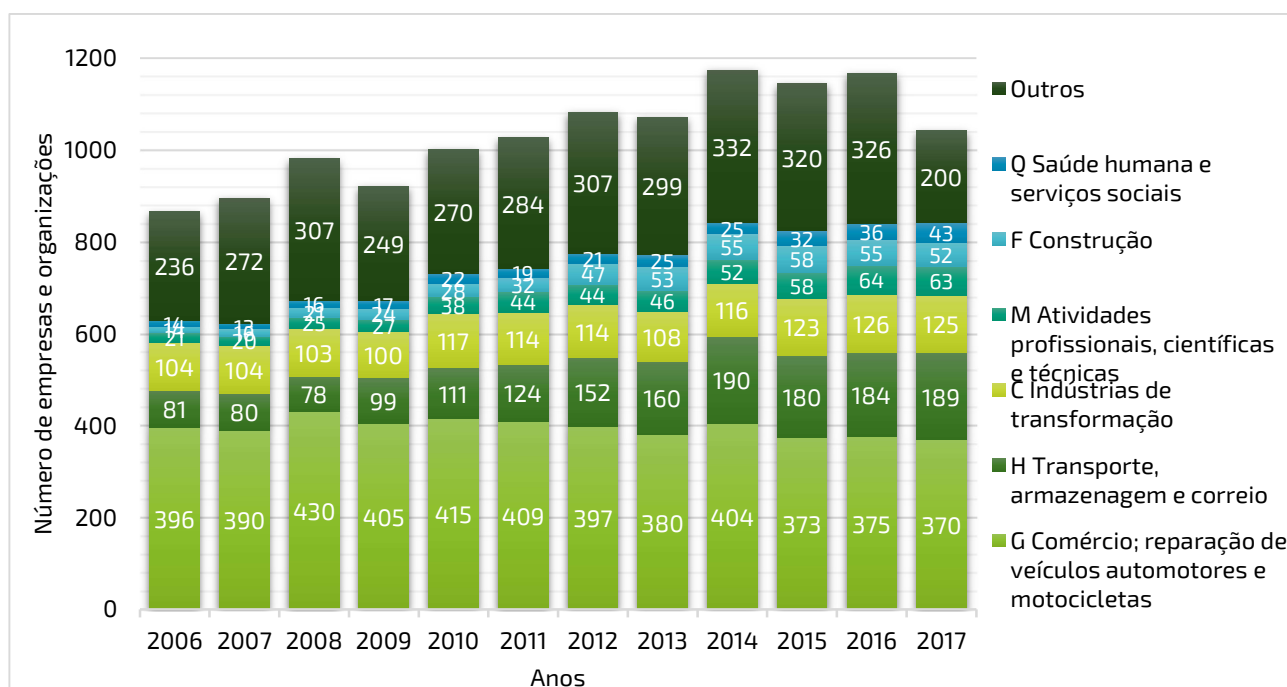
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas e organizações que empregam de 0 a 4 empregados, que juntas representam 70% do total. Em 2017, 308 empresas e organizações empregavam mais de quatro funcionários, entre

as quais, 186 situaram-se na faixa de 5 a 9 empregados, conforme é possível observar na Figura 4.

Apresenta-se na Figura 5 a evolução no número de empresas e organizações de todos os segmentos da economia municipal. O segmento de comércio e oficinas mecânicas agrega o maior número de empresas e organizações (370, equivalente a 36% do total), mas entre 2011 e 2017 é possível observar uma pequena redução neste setor. Neste contexto, observou-se crescimento no número de empresas e organizações no segmento de transporte e armazenagem (189, equivalente a 18% do total em 2017), assim como de Saúde humana e Serviços sociais (representando 4% em 2017).

Figura 5. Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

O grupo "M", que representa Atividades profissionais, científicas e técnicas, cresceu até 2016, mas apresentou leve retração em 2017, representando 6% do total de empresas e organizações em 2017. Destaca-se também a indústria de transformação que, apesar de sofrer uma queda na participação em 2017, foi responsável por 12% do total de empresas e organizações no município.

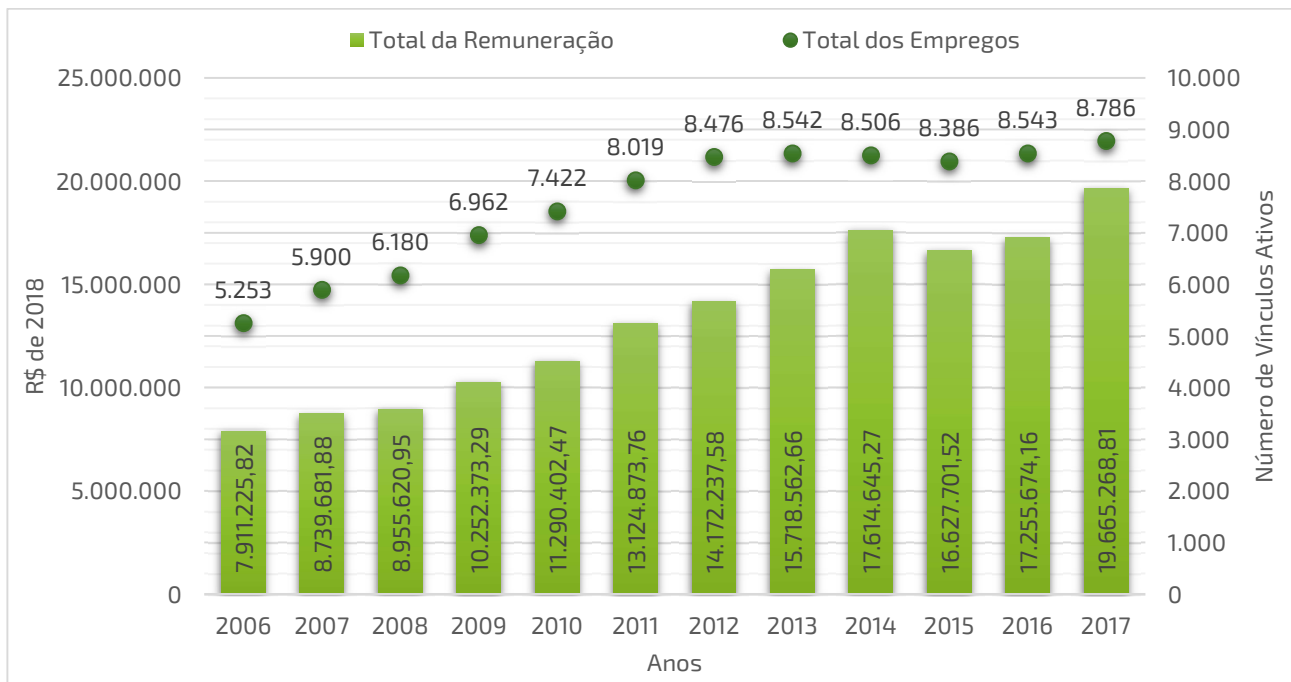
Observa-se que, principalmente, os segmentos transportes, cultura e esportes, indústria de transformação e comércio agregaram aproximadamente 66% do total de empresas e organizações do município.

2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

A partir da Figura 6, observa-se que o município tem elevado o número de empregos e da massa salarial, partindo de 5.253 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 7.911.225,82 milhões em 2006 para 8.786 postos de trabalho em 2017, com um total de remuneração de R\$ 19.665.268,81 milhões em 2017, com uma leve queda nos anos de 2014 e 2015, retomando o crescimento nos anos posteriores.

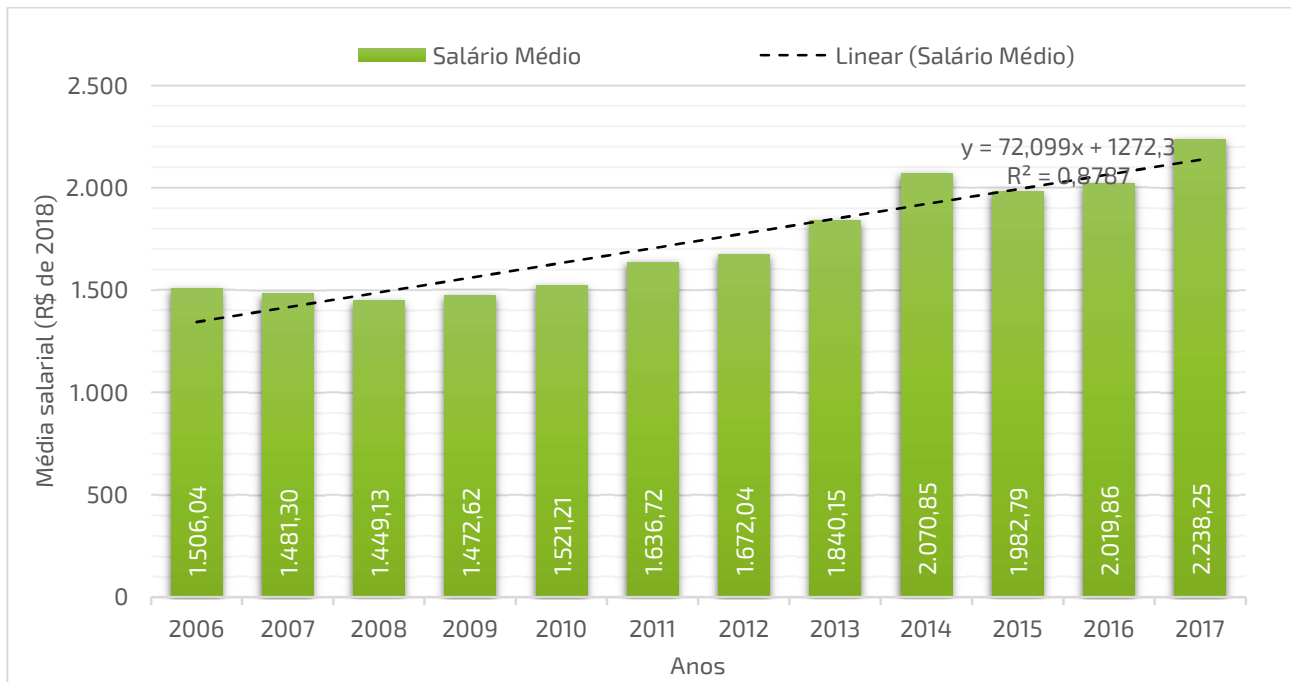
Figura 6. Número de empregos formais e remuneração mensal (em R\$ de 2018): 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Na Figura 7 demonstra-se a remuneração média desses postos de trabalho, onde se observa um crescimento de R\$ 1.506,04 por trabalhador em 2006 para R\$ 2.238,25 em 2017. Isso representou uma valoração nos salários médios praticados no município. A reta (Salário Médio) mostra uma clara tendência de crescimento no salário médio praticado no município.

Figura 7. Remuneração média (em R\$ de 2018) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2017

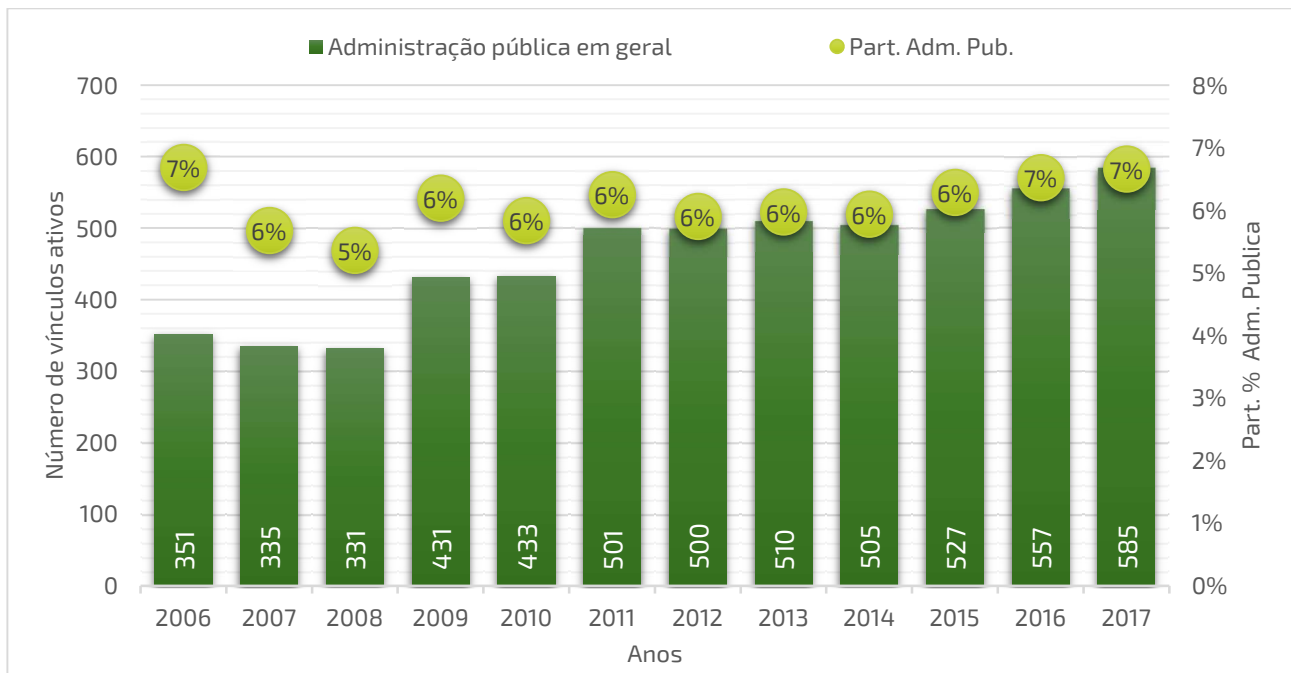


Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Demonstra-se através da Figura 8 a participação dos postos de trabalho no setor público na economia do município. Observa-se que não houve muitas variações da participação do setor público no mercado de trabalho do município, girando em torno de 6% e 7% ao longo do período estudado.

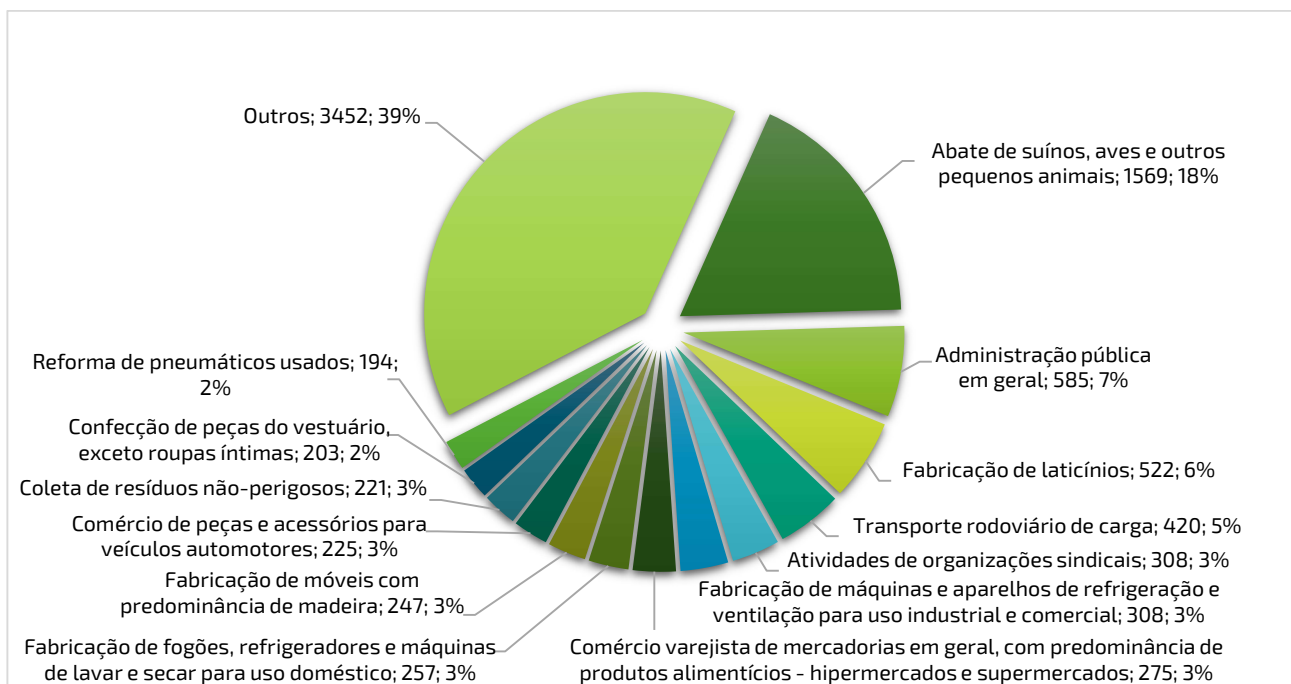
Por outro lado, destaca-se que, a oferta de postos de trabalho no setor público aumentou, devido ao considerável crescimento na oferta total de postos de trabalho da administração pública no município, partindo de 351 empregos em 2006 para 585 em 2017, refletindo um aumento de 67% ao longo do período estudado. Este crescimento da oferta de postos de trabalho também foi verificado no setor privado, de 81%, partindo de 3.665 em 2006 para 6.632 postos de trabalho em 2017.

Figura 8. Número de empregos da Administração Pública em Geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Figura 9. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Com o objetivo de aprimorar a caracterização do total de empregos formais gerados em 2017, apresenta-se a Figura 9, onde é possível verificar a estratificação pelas diversas

áreas de atividade econômica no município que cerca de 18% dos postos de trabalho estão vinculados a empresas e organizações privadas ligadas ao abate de aves, suínos e outros pequenos animais, seguido pela administração pública direta (7% dos empregos formais), que compreende as atividades executivas e legislativas nas três esferas de governo.

Por fim, destaca-se que entre 2006 e 2017 foi possível identificar a geração de 3533 novos postos de trabalho, sendo os principais, o setor de laticínios com 522 empregos, 332 no setor de abate de suínos, aves e outros pequenos animais, 311 no transporte rodoviário de carga, 308 no setor da fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, 302 nas atividades de organizações sindicais, 234 na administração pública em geral, 171 no comércio varejista.

2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades. Cerca de 92% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 20 hectares) e concentram cerca de 77% da área. Outros 6,45% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (20 a 40 hectares) e ocupam 18,88% da área total dos estabelecimentos do município.

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que cerca de 99,9% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam cerca de 98,5% da área dos imóveis rurais, conforme é possível observar na Tabela 3.

Tabela 3. Estrutura Fundiária do Município: 2019

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	1599	11.515,25	92,97	77,23
1-2	111	2.815,30	6,45	18,88
2-3	8	358,80	0,47	2,41
3-4	1	66,27	0,06	0,44
4-5	0	0	-	-
5-6	0	0	-	-
6-7	0	0	-	-

7-8	1	154,35	0,06	1,04
8-9	0	0	-	-
9-10	0	0	-	-
10-11	0	0	-	-
	1720	14.909,97	100,01	100,00

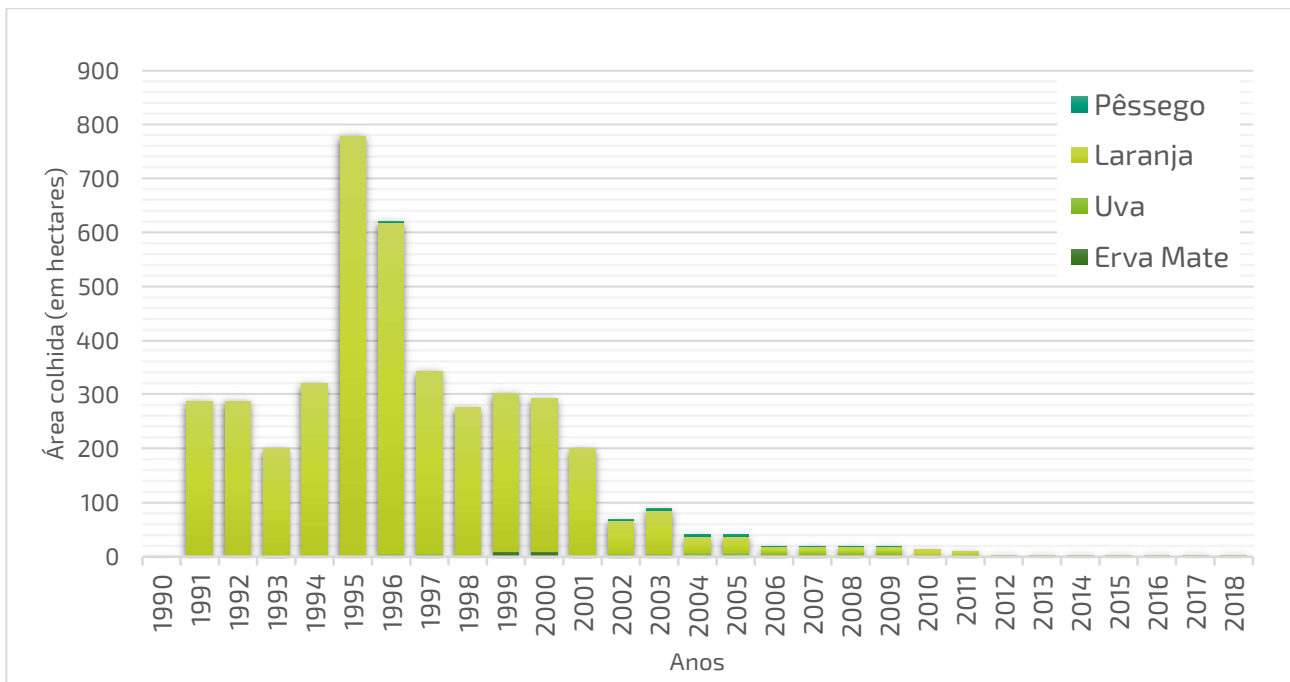
Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 3 hectares para culturas perenes e 8020 para a lavoura temporária.

A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2019), permite observar que a área colhida de lavoura permanente não é o forte do município, pois, conforme se pode observar na Figura 10, existe uma descontinuidade das culturas de frutos, como por exemplo o caso do cultivo da laranja que teve início em 1991 com área ocupada de 288 hectares e, tendo sua interrupção em 2011 com somente 6 hectares.

Entretanto, observa-se que desde 2002 o município conta com cultura de uva, apesar de estar reduzindo a área de cultivo de 6 hectares para apenas 3 em 2018, dando mais um indicativo que a lavoura permanente não é bem explorada pelo município.

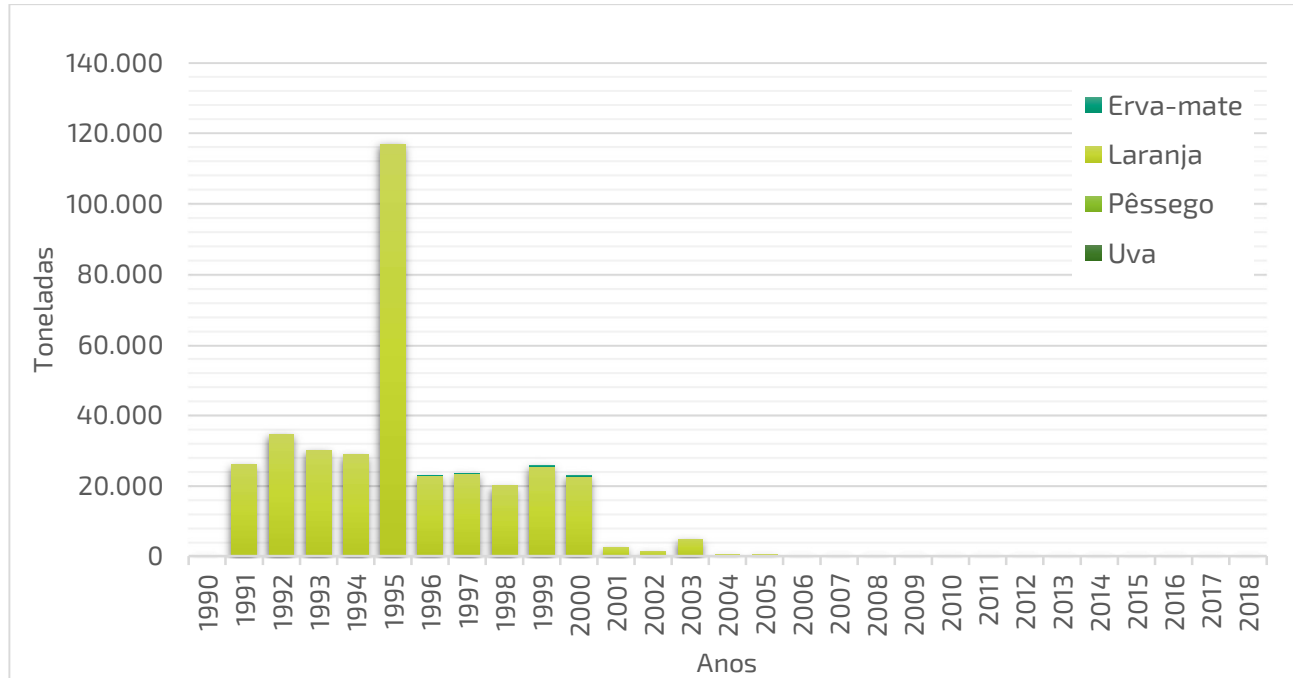
Figura 10. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1990 – 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

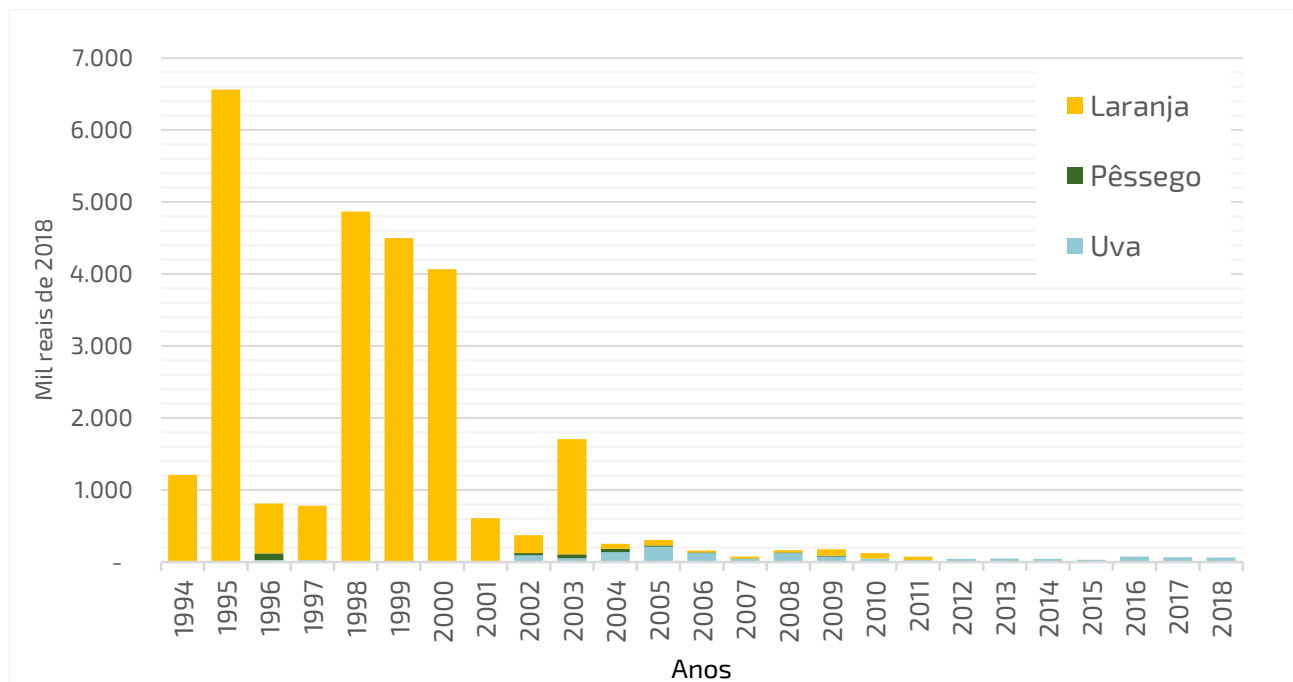
A Figura 11 também permite observar a redução da produção e descontinuidade do segmento de lavoura permanente da laranja a partir do ano de 2011.

Figura 11. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente em: 1990 – 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 12. Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1998 – 2018

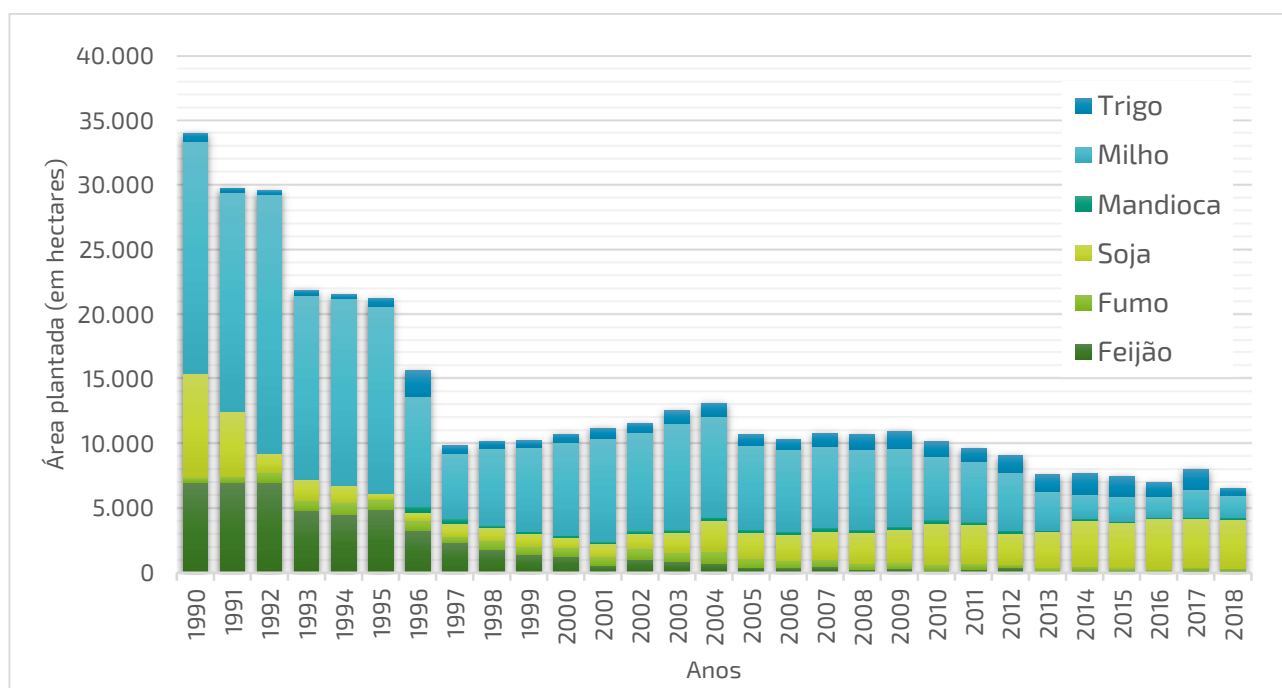


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Pode-se observar na Figura 12 o comportamento do valor da produção da lavoura permanente deflacionado pelo IGP-DI base de 2018, onde destaca-se o desempenho da cultura da laranja até o ano de 2003.

Em relação à lavoura temporária, é possível verificar na Figura 13, que o milho e a soja se constituem como as principais culturas por apresentarem as maiores áreas plantadas. Porém, é perceptível a tendência de redução das áreas plantadas, a exemplo da soja que em 1990 contava com 8.000 hectares, caindo para 3.800 hectares em 2018 o que representou um decréscimo de área plantada de 53%. A área plantada de milho também é outro exemplo que se pode verificar no município, que em 1990 contava-se com 18.000 hectares de plantio desta commodity e veio reduzido ao longo dos anos, atingindo um patamar de somente 1.700 hectares em 2018, o que reflete um decréscimo de 91%.

Figura 13. Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1990 – 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

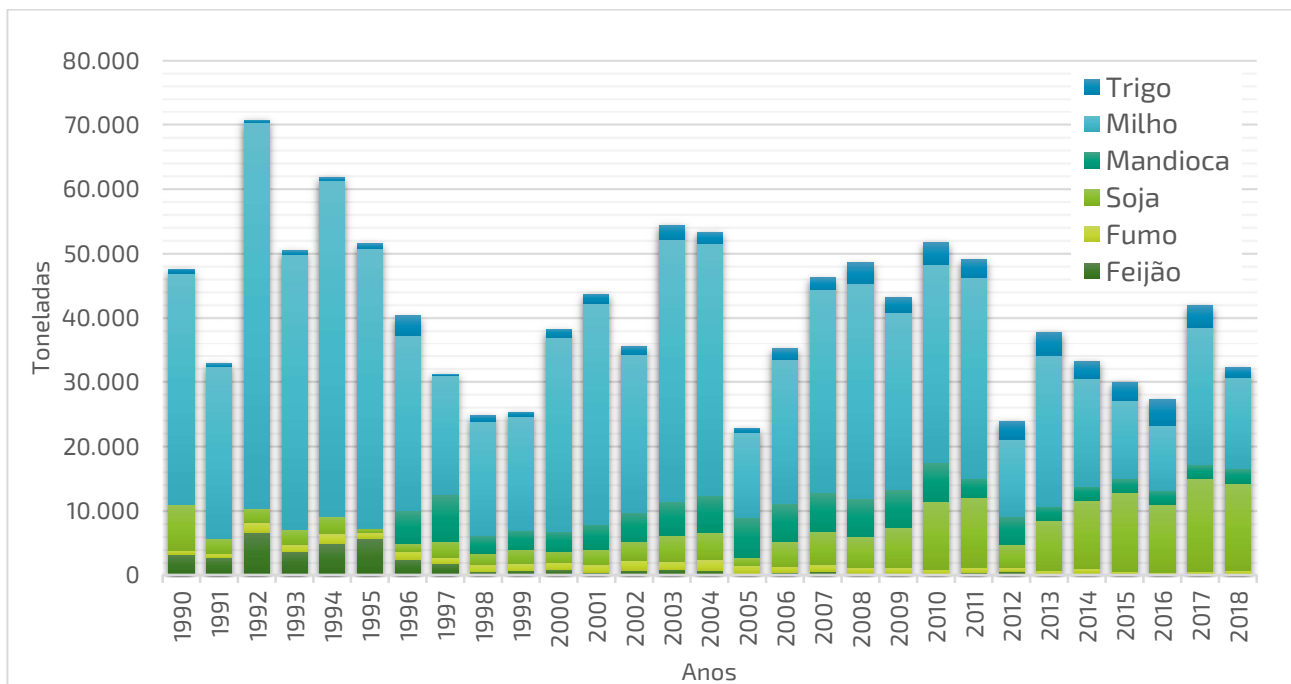
A área plantada de feijão foi reduzida em 2.143% nos últimos 18 anos. O município conta também com pequenas áreas de plantio de fumo, trigo e mandioca, as quais não tem grande representatividade se comparada com demais culturas.

Na Figura 14 apresenta-se a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. Nesta, é possível observar oscilações significativas no volume de produção de milho (que varia de 10 mil a 60 mil toneladas) e de soja (750 a 14 mil toneladas).

Feijão, milho, fumo, soja e trigo, tiveram suas produtividades aumentadas de 1990 a 2018 em 460 kg para 1,5 t/ha; 2 para 8,4 t/ha; 1,44 para 1,95 t/ha; 900 kg para 3,6 t/ha e 900 kg para 2,4 t/ha respectivamente.

A produtividade de mandioca apresentou oscilações entre os anos de 1996 e 2012, sendo que a partir deste ano ela decresceu e estabilizou até 2018. Entretanto, neste período compreendido a sua produtividade aumentou de 11,37 t/ha para 22 t/ha em 2018.

Figura 14. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária em: 1990 – 2018



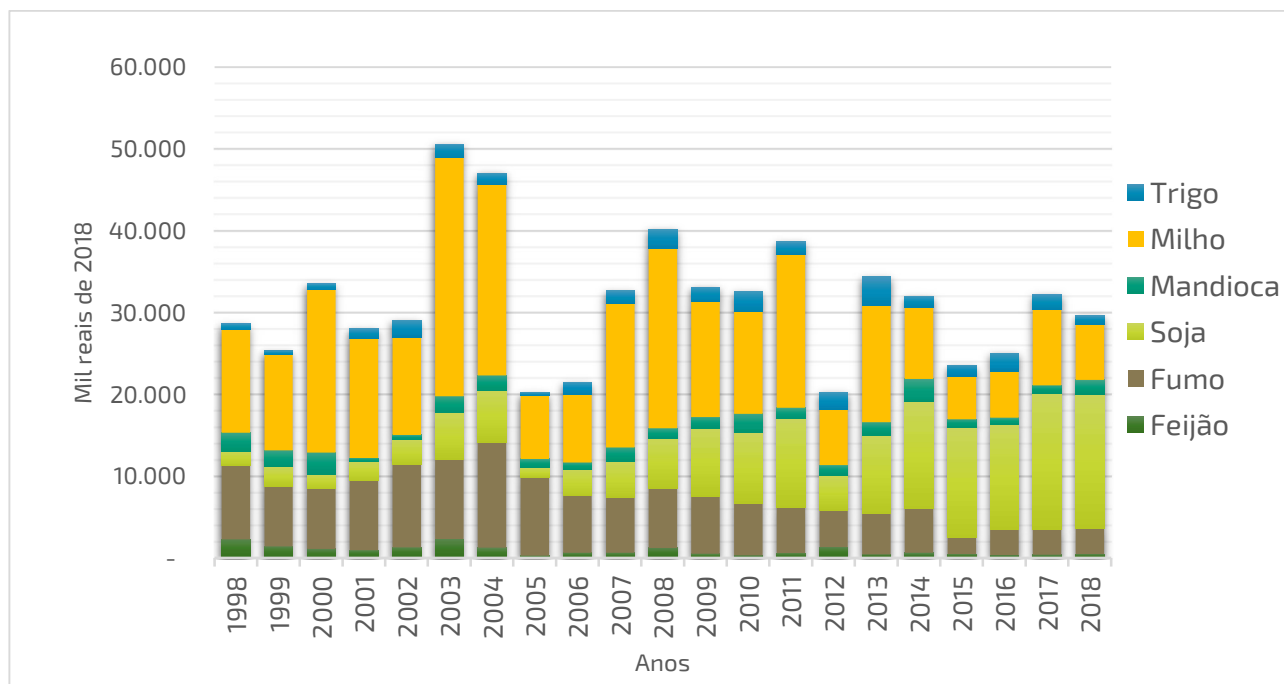
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos reais⁴, é possível observar a partir da Figura 15 que o valor global da produção da lavoura temporária passou dos R\$ 50 milhões em 2003 e no ano de 2018 reduziu para R\$ 29,6 milhões. Em 2018, a cultura da soja foi a que alcançou o maior valor comercializado, fechando o ano de 2018 em R\$ 16,4 milhões. A segunda cultura

⁴ Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

temporária em termos de valor da produção foi o milho, que fechou 2018 em R\$ 6,9 milhões. Em seguida, o fumo (R\$ 3,1 milhões), a mandioca (R\$ 1,7 milhões) e o trigo (R\$ 1 milhão) constituem o mosaico da renda da lavoura temporária no município.

Figura 15. Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1998 – 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, observa-se na Figura 16 uma tendência de crescimento dos rebanhos entre 1990 e 2007, com algumas oscilações e uma clara tendência de redução entre 1996 e 1999. Entre 2008 e 2016 a produção pecuária volta a decrescer, tendo como clara evidência de queda o ano de 2014. Entretanto em 2017 é possível verificar uma retomada do crescimento nos rebanhos, tendo como principal responsável os galináceos.

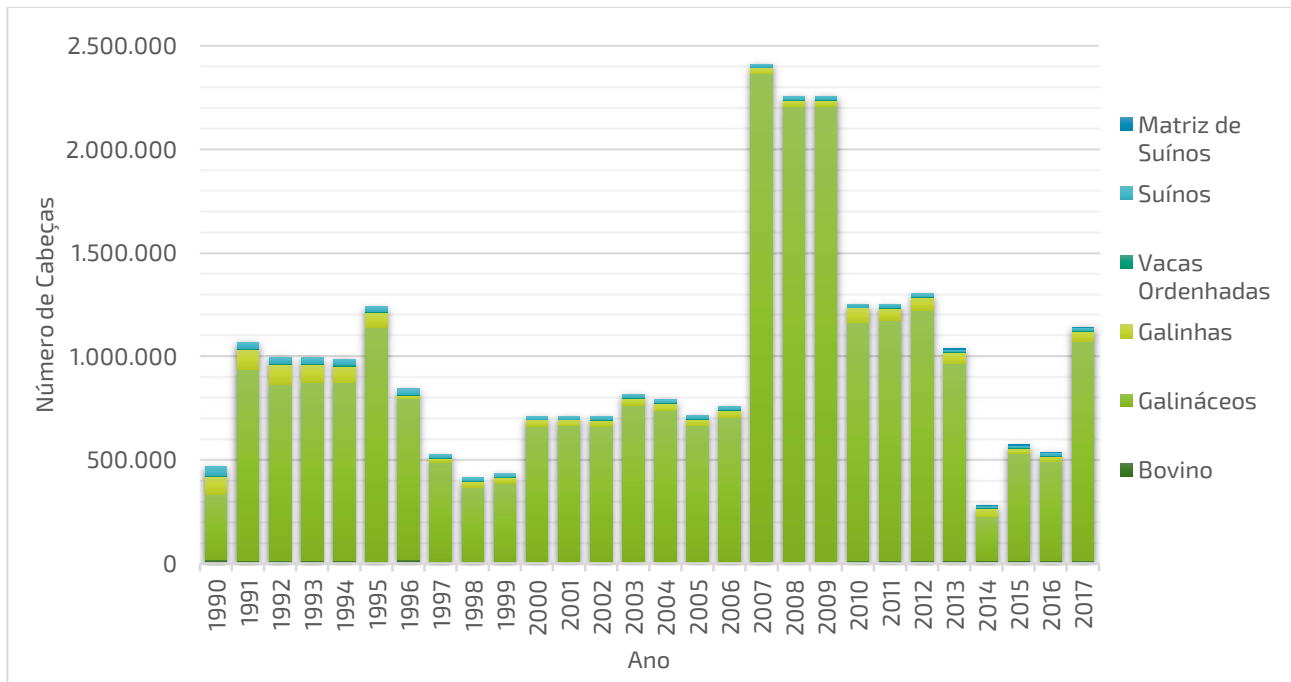
Sob o aspecto de evolução do rebanho, a categoria galináceos⁵ apresentou um crescimento de 239% ao longo do período de 1990 a 2017, passando de 312,8 mil cabeças para cerca de 1,1 milhões. Já na categoria galinhas⁶, ocorreu uma redução de 45%,

⁵ Segundo o IBGE, a categoria "galináceos" engloba o total de aves da espécie *Gallus gallus* (galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas).

⁶ Segundo o IBGE, a categoria "galinhas" engloba as aves fêmeas da espécie *Gallus gallus* destinadas à produção de ovos, independentemente do destino da produção (consumo, industrialização ou incubação), incluindo poedeiras e matrizeiras.

passando de 87,6 mil animais no ano de 1990 para 48 mil em 2017. Da mesma forma, o rebanho bovino apresentou uma redução de 36% no período analisado, passando de 19,8 mil para 12,7 mil cabeças. Quanto aos suínos, observou-se também uma retração no rebanho, onde em 1990 o município contava com 43,7 mil cabeças e em 2018 com 12,9 mil, auferindo uma redução de 70% neste rebanho.

Figura 16. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1990 – 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Tendo por base a Figura 17 é possível observar que em 1990 a produção leiteira comercial no município iniciou uma expansão, alcançando 12,95 milhões de litros de leite em 1994, com uma produtividade de 5,83 litros/vaca/dia ordenhada.

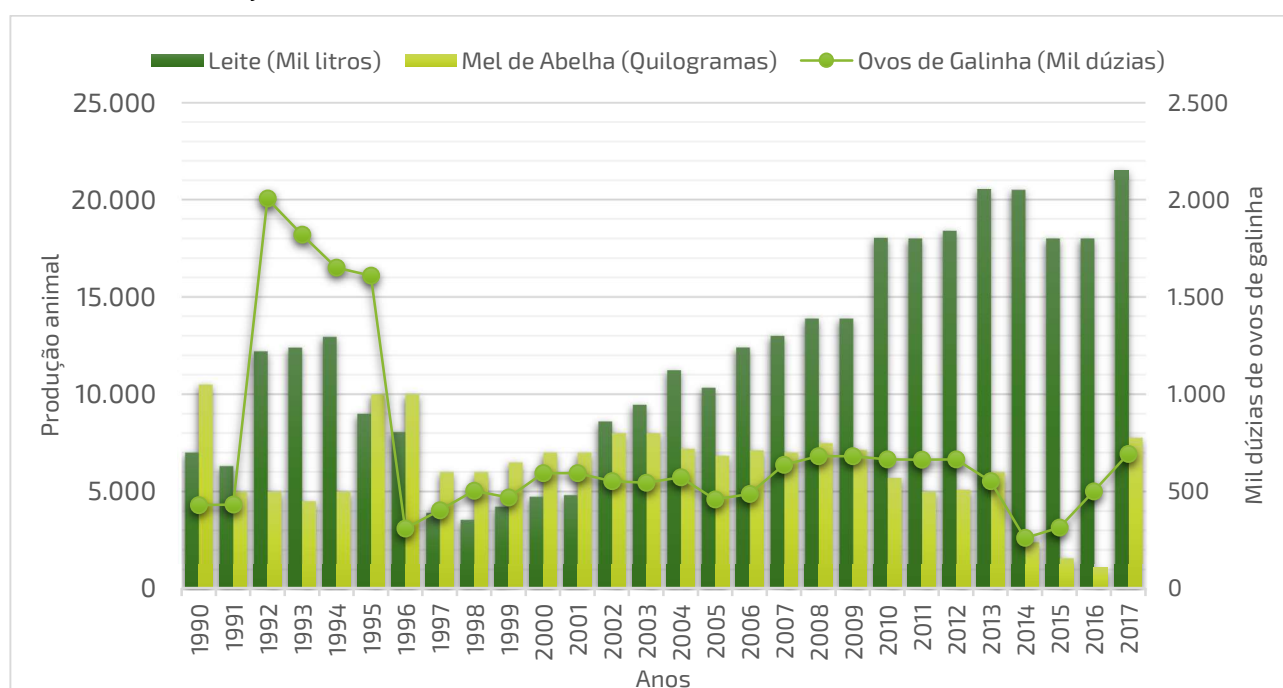
De 1995 a 2001 a produção decresceu, iniciando uma trajetória de expansão a partir de 2002, chegando em 2017 a produção foi de 21,5 milhões, com produtividade de 15,26 litros/vaca/dia ordenhada. Estes dados revelam um aumento de 207% na produtividade do segmento leiteiro no município no período compreendido, deixando o mesmo acima da média do estado, que é de 8,59 litros/vaca/dia⁷

⁷<http://www.aliancalactea.org.br/dados-da-regiao/santa-catarina/>

A produção de mel no município iniciou em 1990 em um patamar mais alto do período estudado, alcançando um volume de 10,5 mil quilos. Essa produção reduziu significativamente durante todo o período, com algum crescimento nos anos de 1995 e 1996 e de 2000 a 2003.

A partir de 2004 a produção de mel veio decrescendo até 2016, demonstrando uma recuperação no crescimento em 2017, atingindo um volume de 7,76 mil quilos.

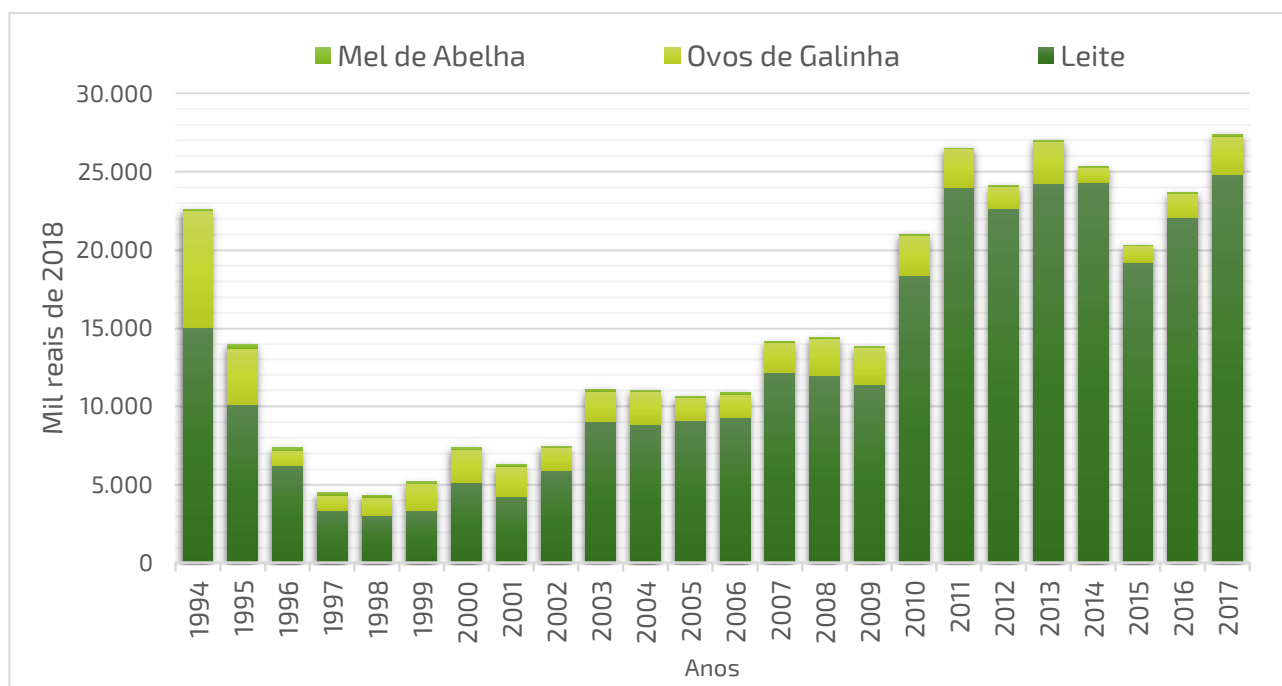
Figura 17. Produção animal: 1990 - 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A produção de ovos teve um aumento nos três primeiros anos, passando de 426 mil dúzias em 1990 para 2 milhões em 1992, sofrendo várias oscilações de 1993 até 2017, ano este que houve uma leve recuperação, atingindo um patamar de 690 mil ovos.

Neste sentido, o rebanho leiteiro é a atividade de maior impacto no valor da produção animal, onde, apesar de alguns períodos de baixa, apresenta crescimento, saindo de um valor da produção em 1994 de R\$ 15 milhões para chegar em 2018 no patamar de R\$ 24,8 milhões. No mesmo período, a produção de ovos passou de R\$ 7,5 milhões para R\$ 2,4 milhões e a produção de mel de R\$ 65 mil para R\$ 148 mil, conforme é possível verificar na Figura 18.

Figura 18. Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1994 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Apesar da tendência produtiva de baixa para muitos produtos agropecuários, o valor da produção evoluiu de R\$ 16,4 milhões para R\$ 20 milhões entre 1998 e 2018, o que atesta a importância do setor agropecuário para o município.

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

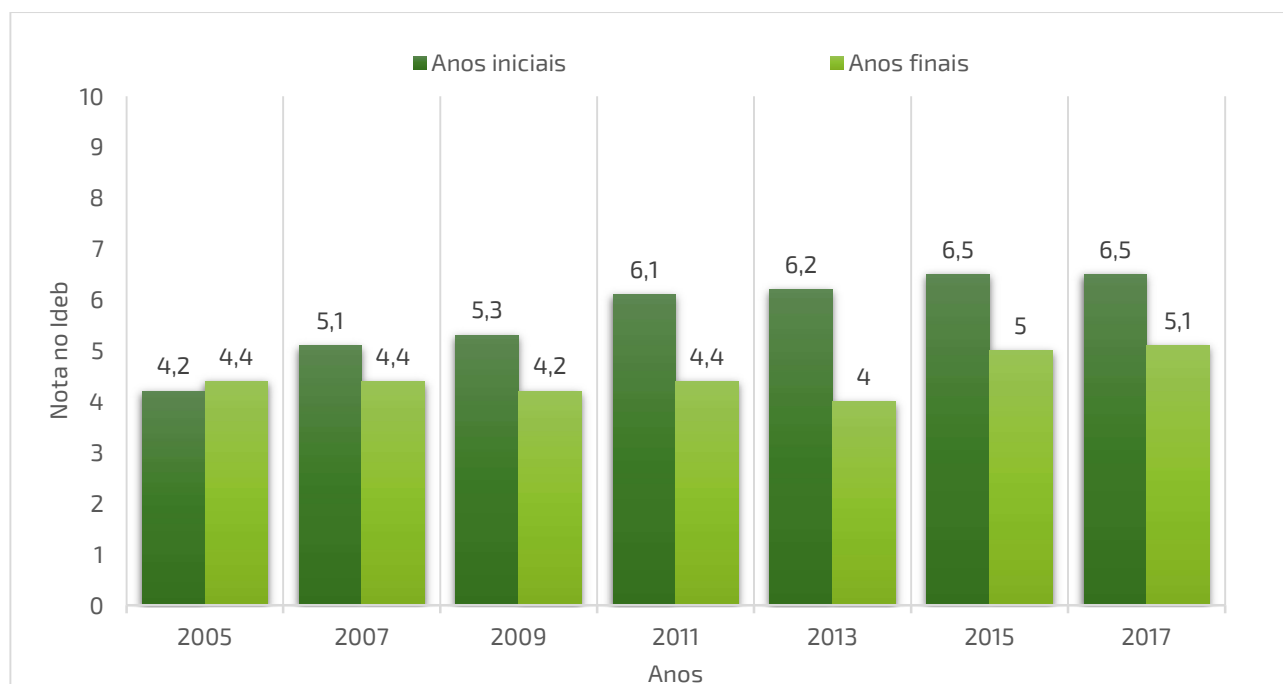
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2019), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) foi de 97,7 %, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil.

Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 3001 matrículas no ensino fundamental e 772 no ensino médio.

Em 2018, cerca de 184 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 73 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 8 escolas no ensino fundamental e 4 escolas no ensino médio.

Figura 19. IDEB das escolas do município de Maravilha/SC: 2005 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁸ tem evoluído no município, conforme é possível observar na Figura 19.

Neste sentido, pode-se perceber a educação dos anos iniciais evoluiu significativamente até 2015, momento em que atingiu a nota 6,5, permanecendo no mesmo patamar em 2017.

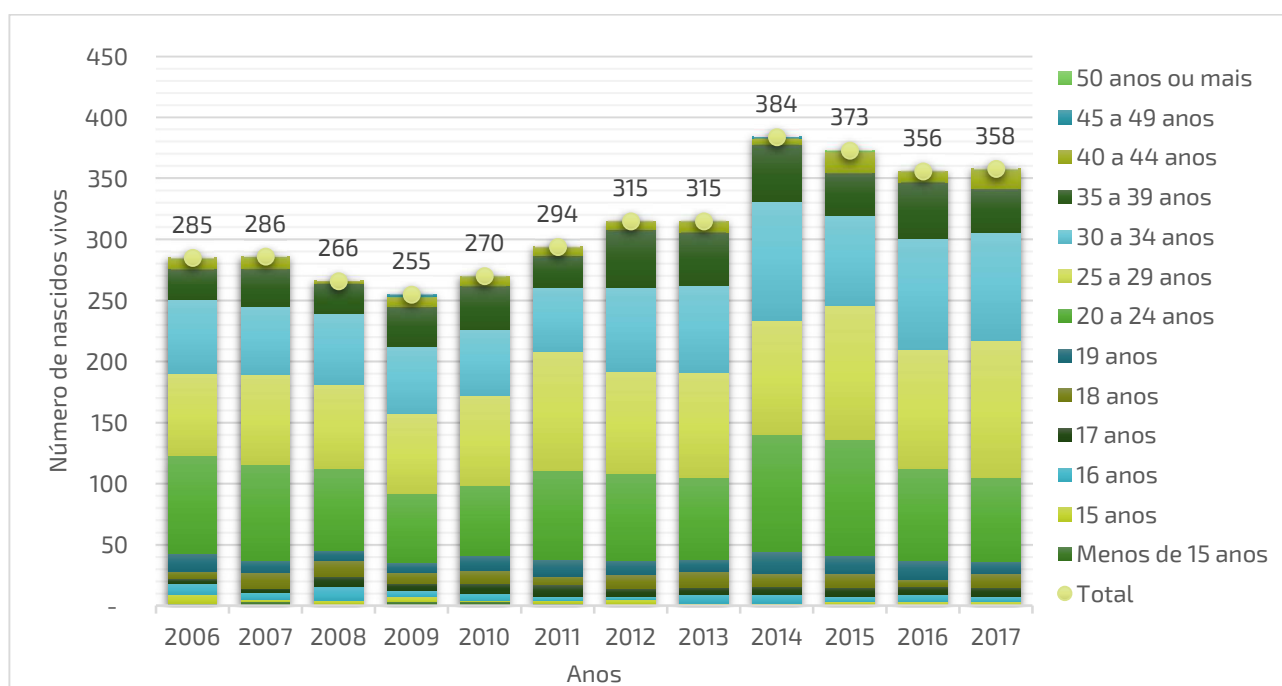
⁸ Criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e considerado como um dos principais indicadores para aferir a qualidade da educação e permitir o estabelecimento de metas. Este índice varia numa escala de 0 a 10, onde, de acordo com a meta do MEC, o Brasil precisa alcançar até 2021 a média 6 nos anos iniciais do ensino fundamental. O indicador é divulgado a cada dois anos e é calculado com base nos dados do Censo Escolar (com informações enviadas pelas escolas e redes), e médias de desempenho nas avaliações do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), como a Prova Brasil.

Em relação aos anos finais da educação, pode-se perceber que desempenho dos alunos do município durante o período estudado veio crescendo, partindo de um índice de 4,4 em 2005 para 5,1 em 2017, observando duas pequenas quedas, nos anos de 2009 e 2013.

2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

De acordo com estatísticas do IBGE (2019), o município apresenta uma clara tendência de crescimento no número de nascimentos de crianças, partindo de 287 nascidos vivos em 2006 para 360 em 2017. Destaca-se que as mães com idades entre 20 a 24 anos, 25 a 29 anos e as de 30 a 34 anos são responsáveis pelo maior número de partos (Figura 20).

Figura 20. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Maravilha/SC: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em 2017 foram registrados quinze partos em mães com menos de 18 anos, o que, apesar de não representar uma proporção elevada, chama atenção a precocidade destas crianças e adolescentes mães. Por outro lado, neste mesmo ano foram registrados dezesseis partos de mães com mais de quarenta anos.

A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2017 a taxa de mortalidade infantil foi de 2,78 e “A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 2,78 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0,7 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 189 de 295 e 164 de 295, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 4139 de 5570 e 2889 de 5570, respectivamente” (IBGE, 2019).

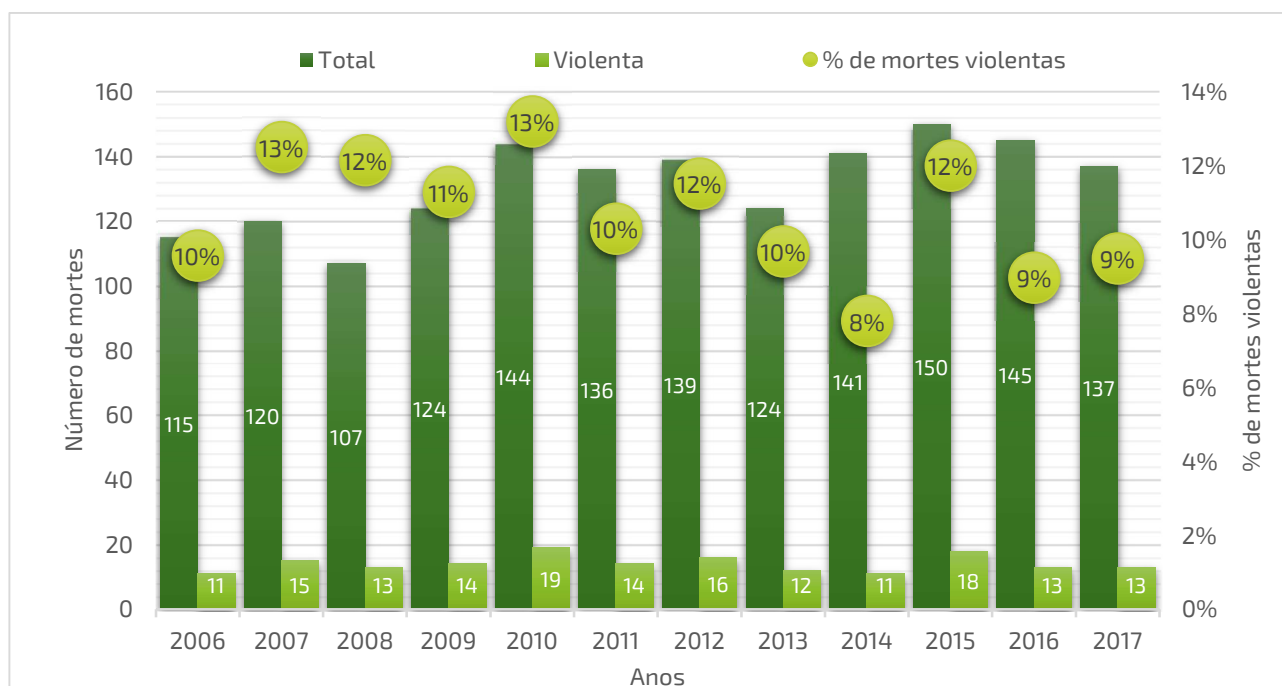
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, o número de mortes violentas decresceu de 10% em 2006 para 9% em 2017. Em 2010 chegou a alcançar o patamar mais alto (13%), em contrapartida, em 2014 decresceu ao patamar mais baixo (8%).

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2008 com 107 mortes, porém 12% destas foram de forma violenta.

O ano de 2010 foi o que apresentou a maior taxa de mortes violentas, 13% de um total de 144, demonstrando um vetor importante de violência. Entretanto, a partir de então, os indicadores ficaram mais próximos da média, que se aproxima dos 11%.

Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 1582 óbitos, dos quais 169 ocorreram de forma violenta, conforme pode ser observado na Figura 21.

Figura 21. Óbitos, por natureza, em Maravilha/SC: 2006 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 11% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

"O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego e Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes" (FIRJAN, 2019).

Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM. Neste sentido:

- a. Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- b. Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- c. Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- d. Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

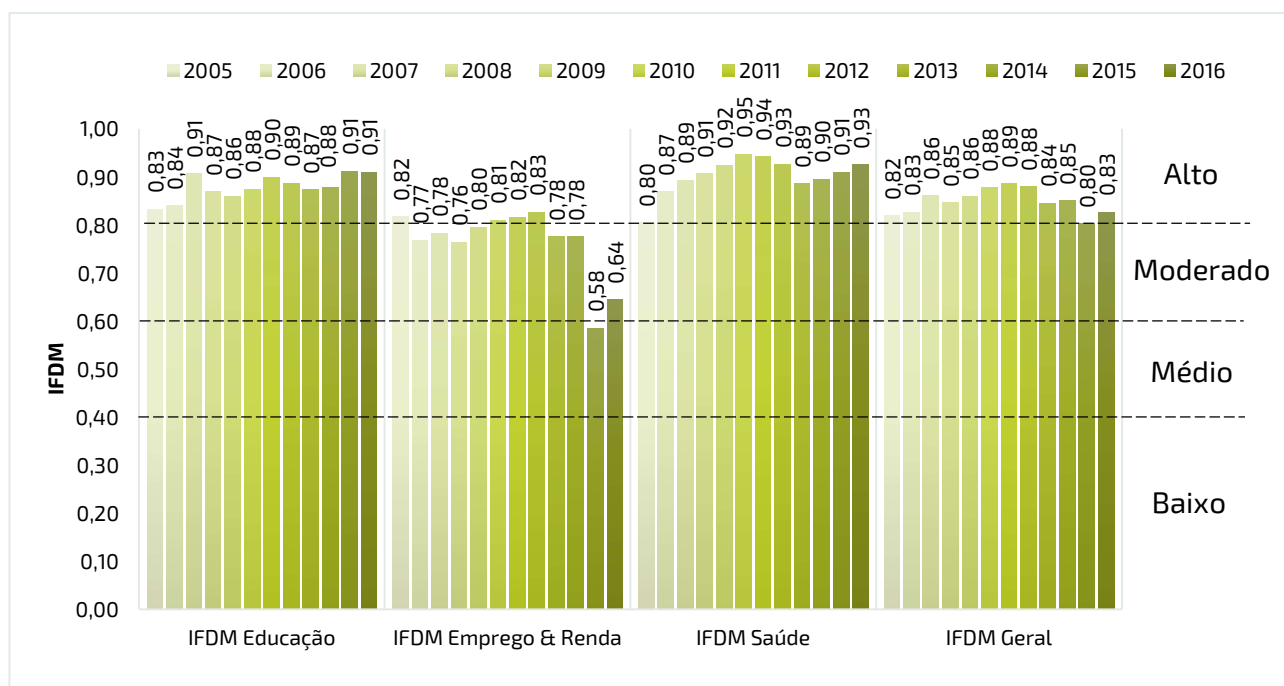
A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Resumo dos Componentes do IFDM

Emprego e Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos formais • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Extraído de FIRJAN (2019).

Neste sentido, de acordo com Figura 22, as áreas de saúde e de educação foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016. Por outro lado, a área relativa o emprego e renda obteve o menor índice no período estudado, o que reflete as condições de dificuldades econômicas e, principalmente, o baixo nível de diversificação da economia local.

Figura 22. Índice Firjan de desenvolvimento municipal: 2005 – 2016

Fonte: FIRJAN (2019).

Observa-se que o município teve uma queda no emprego e renda de 2006 até 2008, retomando o crescimento de 2009 até 2012, voltando a cair até 2016. Em termos gerais, o desenvolvimento municipal é considerado moderado.

Por fim, em um contexto como o observado, em que o emprego é restrito e existem muitas áreas da socio economia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e rural.

Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que Maravilha possui "41,2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 85% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 39,2% de domicílios urbanos em vias públicas com

urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 204 de 295, 36 de 295 e 49 de 295, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 2609 de 5570, 1981 de 5570 e 797 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui 16.944,70 mil hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 14.909,98 mil hectares. Destes, cerca de 7,5% foram declarados como Área de Proteção Permanente (APP), 13,7% como Reserva Legal e 29,06% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

Tabela 4. Perfil ambiental do Município: 2019

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	16.944,70	
Número de imóveis rurais	1720	
Área total dos imóveis rurais	14.909,98	87,99
Área média:	8,67	
Área mínima/máxima:	0,02 / 154,35	
APP	1.124,81	7,54
APP - Recomposição	33,47	0,22
Reserva Legal	2.041,94	13,7
Vegetação Nativa	840,08	5,63
Servidão Administrativa	186,38	1,25
Área Consolidada	4.332,10	29,06
Banhados	1	0,01
Número de Nascentes	19	0
Uso Restrito	5,83	0,04
Hidrografia	308,85	2,07
Topo de Morro	1	0,01
Áreas: Não Declarada - Outras	2.034,72	12,01

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Conforme se observa na Tabela 5, os dados permitem observar que dos 1.720 mil imóveis rurais, 45% mantêm APP, 1% possuem olho d'água, 67% tem reserva legal e 22% contam com vegetação nativa.

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: 2019

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA²	% IR com EA³	% IR sem EA⁴
APP	767	1.158	953	45	55
Área Consolidada	1.058	4.332	662	62	38
Banhado	1	1	1.719	0	100
Hidrografia	763	236	957	44	56
Nascente olho d'água	16	-	1.704	1	99
Reserva Legal	1.155	2.042	565	67	33
Servidão Administrativa	485	186	1.235	28	72
Uso Restrito	5	6	1.715	0	100
Vegetação Nativa	378	840	1.342	22	78
Área topo de morro	0	-			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR - MARAVILHA					
Número Total de I.R.:	1.720	14.909,98			
Área Total do Município:		16.944,70			
% Área declarada/Área Município:		87,99			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental; ² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental; ³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental; ⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

O presente estudo se constitui como subsídio para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto, conhecer a realidade passa a ser importante para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto deve-se destacar algumas lições deixadas por Barquero (2002):

1. **Não há desenvolvimento sem** formação de **excedentes**.
2. Pensar o **desenvolvimento implica** pensar a dinâmica de **produção e produtividade** na região.
3. O **perfil** e a estrutura do **sistema produtivo local** e sua **aderência** ao **mercado regional, nacional e global** são aspectos **importantes** para o desenvolvimento.
4. A **utilização e valorização** de **recursos locais** e a capacidade de controle do processo de acumulação são elementos importantes.
5. Os **atores locais podem liderar** o processo de **mudança estrutural**.
6. **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** são importantes, assim como a **cultura empreendedora**, as **instituições**, as **redes**, a **ação cooperada** e o **crédito**.

A atividade produtiva derivada de grandes investimentos é ótima e deve ser estimulada, mas como depende de agentes externos, nem sempre se consolida em pequenos municípios com economia de base primária. Em função disso, fortalecer as cadeias produtivas presentes e, em especial, as relações entre os produtores e os canais de comercialização podem ajudar para ampliar a base exportadora regional.

Ampliar a especialização produtiva de setores específicos, favorecer a inovação, ampliar a produtividade e a competitividade para alcançar mercados regionais, nacionais e internacionais deve ser o foco.

Neste processo, fazer o básico bem feito pode ser um grande avanço e isto significa: a) Capacitar as pessoas a fazer uma gestão mais profissionalizada de seus empreendimentos, seja no urbano ou no rural; b) Cooperar mais; c) Inovar mais; d)

Empreender mais; e) Sair da inércia, e f) Assumir que cada cidadão e cidadã tem o compromisso de deixar para seus filhos e netos um município melhor do que recebeu de seus pais e avós.

Por fim, ressalta-se a importância do papel das instituições, políticas e estratégias de desenvolvimento, do capital social, do capital humano, das ações de inovação e difusão de conhecimento, da organização da produção e das condições de infraestrutura no processo de mudança e aperfeiçoamento exigido no atual cenário econômico estadual, brasileiro e internacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os municípios apresentam potencial para o desenvolvimento, para tanto, necessitam de ações de organização social e empreendedorismo, com programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócios e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados e para a preparação das gerações futuras.

Existe uma força social que deve ser estimulada e, neste processo, sempre que as entidades sociais se unem para identificar alternativas e planejar o desenvolvimento, novas oportunidades podem ser encontradas.

Dentre as estratégias de superação, as forças sociais, devem ter como norte, a busca constante de parcerias, seja no mundo empresarial, político e educacional, promovendo uma sinergia tal que conduza o município para apenas um rumo, o do desenvolvimento.

Neste contexto, passamos a elencar algumas ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais, principalmente utilizadas nas rotas de leite e produção de proteína animal;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;
- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;

- g. Nos casos onde não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já está em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por universidades, institutos federais e escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento também passa pela qualificação da geração atual, assim como das futuras gerações, através de programas como o Líder Jovem, entre outros, que tem o propósito de formar cidadãos e cidadãs comprometidas em deixar para seus filhos e netos um município e região melhor do que recebeu de seus pais e avós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2019. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em nov/2019.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Conheça SC/Municípios**. 2019. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/index.php/conhecasc/municipios-de-sc/maravilha> Acesso em: nov/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2019. Acesso em out/2019.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA (SC). Prefeitura. **Dados Geográfico, SC**. 2019. Disponível em: <https://www.maravilha.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/3801> Acesso em: nov/2019.

PORTAL DE TURISMO DE MARAVILHA. **Apresentação**. 2019. Disponível em: <https://turismo.maravilha.sc.gov.br/sobre-a-cidade> Acesso em: nov/2019.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão do Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2019.